



DESAFIOS E ATUAÇÃO DA ABEPPSS NO CONTEXTO DA “REFORMA” DO ENSINO SUPERIOR NO FINAL DOS ANOS 1990: GESTÃO 1998-2000¹

*Abepss challenges and acting in the context of higher education “re-
form” in the late 1990’s: 1998-2000 management*

Ivanete Boschetti²

¹ A gestão Abepss 1998-2000 tomou posse em dezembro de 1998 e era composta por 89 integrantes, embora nem todos os cargos tenham sido preenchidos: **Executiva Nacional:** Ivanete Boschetti (presidente), Rosa Helena Stein (suplente), Carolina Batista Santos (secretária) e Perci Coelho de Souza (suplente), Ailta Barros de S. R. Coelho (tesoureira) e Marlene Teixeira Rodrigues (suplente), Franci Gomes Cardoso (Coordenadora Nacional da Graduação) e Marina Maciel Abreu (suplente), Solange da Silva Moreira (Representante Discente da Graduação) e Marcelo Sitcovsky (suplente), Denise Bontempo Birche de Carvalho (Coordenadora Nacional da Pós-Graduação) e Myrtes de Aguiar Macêdo (suplente). **Regional Norte:** Nádia Socorro Fialho Nascimento (Vice presidente) e Lília Ieda Chaves Cavalcante (suplente), Lourdes Maria Leitão Nunes (Coordenadora Regional de Graduação) e Marinez Gil (Suplente), Aglair Alencar Setúbal (Coordenadora Regional de Pós-Graduação) e Roberto Jonh (suplente). **Regional Nordeste:** Silvana Mara Morais dos Santos (Vice-presidente) e Sâmya Rodrigues Ramos (suplente), Reivan Maria de Souza Carneiro (Coordenadora Regional de Graduação), Bernadete de Lourdes F. de Almeida (Coordenadora Regional de Pós-Graduação) e Denise Câmara de Carvalho (Suplente), Flávio Rêgo Fernandes (Representante Estudantil da Pós-Graduação) e Cristina Chaves de Oliveira (Suplente), Lilian da Silva Santos (Representante dos Supervisores) e Laura Bezerra Menezes (Suplente), Kathleen Elane Vasconcelos (Representante Estudantil da Graduação), Érica Dias Barreto e Nívia Cristiane P. da Silva (Suplentes). **Regional Centro Oeste:** Maria José de Faria Viana (Vice-presidente) e Marilene Aparecida Coelho (Suplente), Eleusa Belenjam Ribeiro (Coordenadora Regional de Graduação) e Maria Ana de Paula (Suplente), Walderez Loureiro Miguel (Coordenadora Regional de Pós-Graduação) e Regina Sueli de Sousa (Suplente), Veruska Alves (Representante Discente da Graduação) e Everton Batista Garcia (Suplente). **Regional Leste:** Marina Barbosa Pinto (Vice-presidente) e Sonia Lúcio Rodrigues de Lima (Suplente), Maria Beatriz Rios Rice (Coordenadora Regional de Graduação) e Ana Tardine (Suplente), Cleusa dos Santos (Coordenador Regional de Pós-Graduação), Necilda de Moura Santana (Representante dos Supervisores) e Andréa Mayer Gomes (Suplente), Adriana Vasconcelos (Representante Discente da Pós-Graduação) e Tatiana Alves Baptista (Suplente), Thaís Helena (Representante Discente da Graduação) e Ellen Nunes (Suplente). **Regional Sul I:** Gleny Guimarães (Vice-presidente) e Jussara Mendes (Suplente), Vera Herweg (Coordenadora Regional de Graduação) e Regina Célia Tamasso Mioto (Suplente), Leonia Capaverde (Coordenadora Regional de Pós-Graduação) e Luiza Daipiaz (Suplente), Ecleria Alencastro (Representante dos Supervisores) e Sônia Almeida (Suplente), Cristiane Oliveira (Representante Discente da Pós-Graduação) e Mônica Bragaglia (Suplente), Letícia Batista (Representante Discente da Graduação) e Paula Amorim (Suplente). **Regional Sul II:** Marlene Merisse (Vice-presidente), Tania Maria Ramos de Godói Diniz (Coordenadora Regional de Graduação) e José Walter Canôas (Suplente), Mariângela Belfiori Wanderley (Coordenadora da Regional de Pós-Graduação) e Raquel Raichelis (Suplente), Rosana Andrade Leite (Representante Discente da Graduação), Coriolando Costa Bastos (1º Suplente) e Germana de Castro Gomes (2º Suplente). **Conselho Fiscal:** Maria Barbosa Dias, Nobuko Kameyana e Maria Rachel Tolosa Jorge.

² Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Políti-

1 INTRODUÇÃO

Recebemos, com imensa satisfação, a solicitação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) para elaborar um texto de balanço da gestão da Abepss 1998-2000, à qual tivemos a imensa satisfação de integrar, com vistas à edição especial da *Revista Temporalis*, comemorativa aos 65 anos de atuação dessa entidade³. Esta diretoria se deparou com enormes desafios a enfrentar em exíguos dois anos, pois se tratava da primeira gestão que deveria materializar a reestruturação da entidade em contexto absolutamente adverso. Internamente, estava posto o desafio de consolidar o novo estatuto da entidade – aprovado na assembleia que elegeu a diretoria – que extinguiu o Centro de Estudos e Projetos em Educação, Cidadania e Desenvolvimento Social (Cedepss) e transformou a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (Abess) em Abepss. Não se tratava apenas de mudança de nomenclatura, mas de buscar maior articulação entre ensino, pesquisa e extensão e entre graduação e pós-graduação como forma de concretizar e expressar o avanço e maturidade da pesquisa e produção do Serviço Social brasileiro.

Tal desafio somava-se a outro, de maior envergadura, qual seja a luta pela aprovação das diretrizes curriculares no âmbito do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação (CNE/MEC) e sua implantação nas Unidades de Formação Acadêmica (UFAs), no contexto da contrarreforma do ensino superior realizada pelo Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Para o Ministério da Educação (MEC), tratava-se de instituir uma política de educação fundada em três princípios: *flexibilidade, competitividade e avaliação* (BRASIL, 2000). Na verdade, esta primeira contrarreforma⁴ do

ca Social e Doutora em Sociologia. Vice-presidente da Região Centro-Oeste da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss) (1997-1998) e Presidente 1998-2000. Vice-presidente do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), na Gestão 2005-2008, e Presidente, na gestão 2008-2011. Estas reflexões são de nossa exclusiva responsabilidade, mas foram forjadas na experiência coletiva insubstituível vivenciada nas gestões da Abepss, apresentadas inicialmente no Relatório Final da Gestão, em dezembro de 2000, e sistematizadas em artigo publicado na *Revista Temporalis* 3 (BOSCHETTI, 2001). E-mail: <ivanete@unb.br>.

³ Este texto retoma elementos apresentados em artigo publicado na *Revista Temporalis* 3, mas com avaliação alimentada por estes 10 anos de atuação e militância em outras instâncias profissionais.

⁴ Ao final da década de 1990, utilizamos a expressão *reforma neoliberal* para designar as tendências dessa política governamental. Nos anos 2000, passamos a utilizar a expressão *contrarreforma*, baseada nas reflexões de Behring (2003).

ensino superior estabeleceu as condições legais e materiais da desastrosa política de desestruturação do ensino superior público, que resultou na forte expansão do ensino privado presencial e a distância, na precarização das condições de trabalho e no fortalecimento da mercantilização da educação.

O presente artigo registra, de modo breve, o contexto em que se desenvolveu a gestão 1998-2000 e avalia as estratégias adotadas para enfrentar os desafios, como forma de contribuir para o registro histórico da Abepss. É inegável que a crítica à regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a partir de 1998⁵, foi decisiva na programática assumida por essa gestão. Além da expansão do ensino privado, estavam em questão a criação dos Centros Universitários, os quais asseguravam maior autonomia às instituições privadas, e a implantação de Cursos Sequenciais, que objetivavam a massificação do ensino superior e se apresentavam como alternativa viável e facilitada de acesso ao ensino pós-médio. Já em 1998, o ensino a distância estava em pauta e mediante artigo publicado na *Revista Temporalis 1* (BOSCHETTI, 2000) denunciávamos os insidiosos efeitos das reformas em curso para o ensino superior, em geral, e para o Serviço Social, em particular, bem como sinalizávamos que a legislação recentemente aprovada⁶ facilitaria a abertura de cursos a distância e provocaria sua expansão, uma vez que tal modalidade reduz consideravelmente os custos de oferta (BOSCHETTI, 2000).

Naquele contexto, que se agravou com a continuidade das contrarreformas no Governo Lula, a implementação das diretrizes curriculares apresentava-se como premente e estratégia fundamental para assegurar e consolidar, no âmbito da formação profissional, o projeto ético-político-profissional construído coletivamente pelas entidades nacionais da categoria (Abepss), Conjunto Conselho Federal de Serviço Social/Conselhos Regionais de Serviço Social e Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (CFESS/Cress

⁵ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) foi aprovada em 1996, mas a maioria dos decretos e portarias do MEC que a regulamentam começou a ser publicada em 1998.

⁶ As primeiras legislações sobre oferta de cursos de graduação a distância foram: Artigo 8º da LDB, Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998 (regulamenta o artigo 8º da LDB), Decreto nº 2.561, de 27 de abril de 1998 e Portaria MEC nº 301, de 7 de abril de 1998. Posteriormente, durante o Governo Lula, esses dois decretos foram revogados pelo Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Os Pólos presenciais de EaD também foram regulamentados pela Portaria MEC nº 02/2007.

e Enesso). Tal necessidade era imperiosa diante da morosidade na aprovação das diretrizes curriculares pelo CNE.

2 A REESTRUTURAÇÃO INSTITUCIONAL COMO PRESSUPOSTO PARA CONSOLIDAÇÃO DA ABEPSS

No contexto de forte investida governamental para desestruturar o ensino público, a Abepss se constituía como um espaço coletivo de defesa da formação pública com qualidade e de resistência às contrarreformas de caráter neoliberal. Para assumir esse papel com toda sua potencialidade, era preciso consolidar as mudanças estatutárias e garantir base material e orçamentária capaz de efetivar a direção política da gestão recentemente eleita.

O estatuto que regulamentou a estrutura institucional e recriou a Abess com a designação **Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss)** trazia embutida a preocupação com a garantia da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão em todos os níveis da formação profissional (graduação e pós-graduação) como condição para enfrentar o desafio da capacitação ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa da profissão, conforme as diretrizes curriculares. A reestruturação era também uma condição institucional para consolidar a Abepss como entidade científica que deveria buscar não somente a qualificação da formação profissional, mas também a estruturação dos núcleos e grupos de pesquisa. Apesar de ser uma demanda presente desde o final da década de 1990 e ser objeto de investida de praticamente todas as gestões, somente recentemente (2010) a Abepss conseguiu estruturar os grupos temáticos de pesquisa (GTPs), que se apresentam como uma estimulante forma de articulação dos grupos e pesquisas que cresceram de forma impressionante na última década. Outra importante alteração do estatuto foi a inclusão de uma nova modalidade de associados individuais, além dos sócios institucionais, o que deveria possibilitar a ampliação da participação para outros profissionais não necessariamente vinculados às Unidades de Ensino.

Para assegurar a reestruturação estatutária, a gestão 1998-2000 se dedicou intensivamente a regularizar a documentação e organizar a sede em Brasília, que tinha sido uma deliberação da assembleia e, por sua vez, objetivava enfrentar um histórico problema de circulação dos documentos e registros nas UFAs, cujos docentes assumiam a direção da entidade e provocavam perdas, danos e excessivos gastos de transporte a cada mudança de gestão e tornavam a Abepss uma entidade *itinerante*. Embora possa, hoje, parecer uma coisa simples, a execução desta deliberação se revelou, à época, um imenso problema, porque a personalidade jurídica da Abepss ainda se encontrava registrada em cartório de Belo Horizonte, desde a gestão de 1992. Para regularizar a transferência para Brasília, as exigências cartoriais solicitavam documentos referentes a todas as assembleias realizadas desde 1992: convocação, atas digitadas e assinadas pelas diretorias anteriores; listas de presença dos delegados; lista de qualificação das diretorias anteriores - Registro Geral (RG), Cadastro Pessoa Física (CPF), endereço, estado civil, ano e local de nascimento. A localização desses registros exigiu uma verdadeira pesquisa nas mais de 70 caixas de documentos fechadas e sem indicação de seu conteúdo e ano. A gestão 1998-2000 iniciou o processo, mas não conseguiu finalizá-lo, o que só veio a ocorrer em gestões posteriores.

A reestruturação institucional também exigiu uma revisão do estatuto aprovado em 1998, pois ele previa a inscrição de sócios individuais, mas não garantia sua forma de votação e, portanto, de participação política na vida da Abepss. A gestão, então, elaborou um Regimento Interno, com auxílio das professoras Maria Beatriz Costa Abramides e Maria do Socorro Reis Cabral, e apresentou uma proposta de revisão do estatuto na assembleia realizada em 24 de novembro de 2000. A revisão, além de permitir ao sócio individual votar, reduzia o número de suplentes na diretoria executiva nacional e nas diretorias regionais, pois o número elevado (1 suplente para cada cargo efetivo) dificultava seu preenchimento. Essas mudanças foram fundamentais para as gestões seguintes ampliarem o número de sócios individuais e assegurarem maior participação dos membros da diretoria nas reuniões da executiva nacional.

Para instalar a sede em Brasília, visto que a Abepss não tinha recursos financeiros suficientes para alugar uma sala, foi assinado um convênio com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), que cedeu para a Abepss uma sala no Setor Comercial Sul de Brasília (área central) e um computador com impressora. Tal solução permitiu à Abepss fazer a transferência de todas as caixas que continham o seu acervo histórico e que ainda se encontravam na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) desde a gestão da professora Marieta Koike, em 1994-1996. Os documentos foram organizados em armários por ano, mas não foi possível realizar um trabalho de classificação e organização com equipe especializada em arquivologia. Infelizmente, a gestão seguinte da Abepss (2001-2002) tomou a decisão de encerrar o convênio, extinguir a sala definitiva em Brasília e transferir os documentos para a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Os documentos só foram reunidos novamente durante a gestão 2009-2010, quando a Universidade de Brasília (UnB) cedeu uma sala para instalação definitiva da sede da Abepss.

Para garantir a socialização das informações e ações, a gestão construiu uma página eletrônica para a Abepss em provedor próprio com email institucional, o que facilitou enormemente a difusão das informações e contatos com as UFAs e docentes. Para materializar o projeto de publicação da revista da Abepss, foi instituída a *Revista Temporalis* (do latim, *que marca o tempo*), de natureza temática e semestral. O primeiro número, publicado em junho de 2000, abordou a mesma temática dos debates realizados em 1999: Reforma do Ensino Superior e Serviço Social. O número 2 teve como temática: *Diretrizes curriculares: polêmicas e perspectivas*. O número 1 foi publicado com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o número 2 com recursos próprios da Abepss.

Historicamente, a principal dificuldade da Abepss consiste em adquirir autonomia financeira, ou seja, possuir uma fonte permanente, regular e suficiente de receitas. As fontes de recurso da Abepss são, majoritariamente, provenientes das anuidades de seus sócios (UFAs e sócios individuais) e venda de publicações, sobretudo a *Revista Temporalis*. Essas fontes são, contudo, insuficientes e irre-

gulares devido à basicamente dois motivos: 1) reduzido número de sócios individuais; e 2) inadimplência e inconstância no pagamento por parte das UFAs. Apesar do aumento de Unidades filiadas, sabemos que estas, em contexto de contrarreforma, nem sempre possuem recursos disponíveis para pagar suas anuidades.

Para suprir essas dificuldades, a política financeira da gestão 1998-2000 buscou ampliar a receita e reduzir as despesas. Para ampliar as receitas adotou várias estratégias: a) campanha junto às UFAs para pagamento da anuidade e quitação de débitos anteriores; b) campanha (com distribuição de 10.000 folders) para filiação de sócios individuais; c) assinatura de convênio com CFESS para implementação conjunta da política de gestão acadêmica da Abepss; d) solicitação de apoio financeiro junto ao CNPq para realização do Seminário Nacional em dezembro de 1999 e financiamento do VI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (Enpess), realizado em novembro de 2000.

Para reduzir despesas, buscou e recebeu diversos apoios do Departamento de Serviço Social da UnB: cedência de uma sala para funcionamento diário, disponibilização de telefone e fax, computadores, tinta para impressora, envelopes e papel; acesso ilimitado à internet no provedor da UnB, instalação de uma linha telefônica direta para uso exclusivo da entidade; disponibilização de Xerox; envio de toda correspondência da Abepss para as UFAs; impressão de material de divulgação do seminário nacional (folder e cartazes) e da primeira chamada do Enpess (folder); concessão de duas passagens aéreas para conferencistas para o Seminário Nacional em 1999, duas passagens para a oficina nacional de junho de 2000 e cinco passagens aéreas para conferencistas no Enpess, totalizando nove passagens durante a gestão; alojamento de membros da diretoria da Abepss em apartamentos de trânsito da Universidade, durante todas as atividades e reuniões da diretoria realizadas em Brasília; disponibilização de salas e auditórios para realização do Seminário Nacional e das reuniões de diretoria.

Foi preciso, ainda, reduzir despesas com viagens da diretoria, que se limitaram ao mínimo estritamente necessário. Nas duas reuniões realizadas, infelizmente, nunca foi possível reunir toda a diretoria, e as reuniões contavam com a executiva nacional e as vice-

-presidentes regionais, devido à limitação de recursos. Para o VII Enpess as passagens foram compradas com recurso do CNPq.

Estas iniciativas possibilitaram a recuperação financeira da Abepss, pagamento de empréstimo ao CFESS realizado pela gestão anterior⁷, execução da programação planejada e entrega da Abepss para a gestão 2001-2002 com saldo positivo, conforme resumo a seguir⁸:

Demonstrativo de Receitas e Despesas – Gestão 1998-2000			
Receitas/Despesas/Anos	1999	2000	Total
Saldo Gestão Anterior (A)	5.964,49	-	5.964,49
Receitas (*) (B)	43.704,08	108.725,90	152.429,98
Despesas (C)	46.620,03	94.653,04	141.273,07
Total (A+B-C)	3.048,54	14.072,86	17.121,40

(*) Inclui os recursos provenientes das anuidades, convênios e inscrições no Enpess.

O investimento na reestruturação institucional e orçamentária da Abepss assegurou a possibilidade de enfrentar os desafios acadêmicos e políticos no contexto da contrarreforma que se iniciava e que demandaria imenso investimento político da diretoria.

3 DEBATE E POSICIONAMENTO DA ABEPSS SOBRE A “REFORMA” DO ENSINO SUPERIOR E IMPLICAÇÕES PARA O SERVIÇO SOCIAL

Desde a primeira reunião da diretoria nacional da Abepss, realizada em Brasília, em junho de 1999, a gestão avaliou a conjuntura e os impactos da regulamentação da LDB para o ensino superior em geral e para a formação na área de Serviço Social. Já naquele momento,

⁷ Quando assumimos a gestão, a Abepss tinha em caixa pouco mais de R\$ 5.000,00 e devia R\$ 8.000,00 ao CFESS. A gestão então renegociou os prazos de devolução do recurso e fez um convênio para realização de oficinas e um Seminário Nacional para debater a contrarreforma do ensino superior e implicações para o Serviço Social. Nesse caso, não se tratava de empréstimo, mas de investimento do CFESS em ações conjuntas.

⁸ O demonstrativo de receitas e despesas foi apresentado na assembleia, em dezembro de 2000, e consta no Relatório Final de Gestão disponível na sede da Abepss e encaminhado a todas as UFAS por ocasião do encerramento da gestão.

a diretoria analisava que as transformações em curso significavam uma verdadeira mudança na estrutura do ensino superior, orientada pela perspectiva de desregulamentação neoliberal que assolava os países capitalistas seguidores das normas do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI). Nesta avaliação, consideramos que as implicações dessa *reforma* ainda não estavam suficientemente debatidas no âmbito do Serviço Social e as pretensas *inovações* precisavam ser desmistificadas e analisadas criticamente.

Diante dessas análises, a diretoria aprovou como eixo central de debates para o primeiro ano de gestão a temática *A política de Ensino Superior no Brasil: a regulamentação da LDB e as implicações para o Serviço Social*. Como estratégia para organizar e fundamentar o debate crítico sobre a temática, foram implementados: debate sobre cursos sequenciais entre a diretoria nacional da Abepss, o assessor da Secretaria de Ensino Superior (SESu/MEC) Sr. Cid Gesteira e a professora Marilda Iamamoto, em junho de 1999; constituição de uma comissão composta pelas professoras Marilda Iamamoto, Francis Gomes Cardoso e Ivanete Boschetti (BOSCHETTI; IAMAMOTO; CARDOSO, 2000), para elaboração de um documento crítico sobre os cursos sequenciais, enviado às Unidades de Formação Acadêmica, em julho de 1999; organização de oficinas locais e regionais para discussão da temática; aprovação de posição das regionais sobre as mudanças propostas pela LDB; realização de Seminário Nacional, em Brasília, em dezembro de 1999, que teve como tema central o eixo dos debates. A partir das conferências e discussões, foi aprovado um documento para orientar no plano ídeo-político as posições do Serviço Social, enviado a todas as Unidades de Ensino em dezembro de 1999 e publicado na *Revista Temporalis 1*, em 2000. As reflexões e debates resultantes das oficinas e do seminário nacional deram origem ao primeiro número da *Revista Temporalis*, criada por essa gestão, a partir de deliberação da assembleia.

Inegavelmente, a opção política de pautar as ações da Abepss a partir do debate sobre a reforma em curso possibilitou introduzir no Serviço Social o debate crítico que se realizava no âmbito do movimento docente e, ainda, construir uma verdadeira pauta de temas de pesquisa e estratégias de intervenção articulando as entidades da categoria e os cursos de graduação e pós-graduação.

No relatório desse Seminário, é possível encontrar um verdadeiro plano de lutas contra essa *reforma*. O documento, primeiramente, chamava a atenção sobre a responsabilidade das entidades nacionais com a formação e o trabalho profissional. Na sequência, o relatório desvelava o verdadeiro significado da LDB para, em seguida, apresentar as estratégias de enfrentamento construídas coletivamente nas oficinas e no seminário nacional.

O documento sinalizava, acertadamente, que para a defesa do projeto ético-político profissional, no contexto de contrarreforma do ensino superior, era fundamental manter e reforçar cada vez mais a unidade política das entidades – Abepss, Conjunto CFESS/Cress e Enesso – na condução da resistência ao aligeiramento e desqualificação da formação acadêmica, com suas consequências para o exercício profissional. O documento apontava que as ações deveriam se articular ao movimento docente e ao movimento mais amplo dos trabalhadores contra o projeto neoliberal no Brasil e não se restringir ao Serviço Social. Também chamava a atenção para o fato de que a consolidação da resistência ao projeto neoliberal requeria respostas concretas, cotidianas e qualificadas à conjuntura e aos desafios, porém, sem abrir mão da luta por uma nova sociabilidade. Tais reflexões, realizadas há doze anos, são absolutamente atuais no contexto atual de expansão dos cursos de graduação a distância em Serviço Social e fundamentaram a elaboração do Plano Nacional de Lutas em Defesa da Formação e do Trabalho Profissional⁹. Não nos parece exagero considerar que os debates e estratégias implementados naquele momento foram capazes de impedir a abertura de cursos sequenciais no âmbito do Serviço Social, que eram fortemente estimulados pelo MEC.

4 ACOMPANHAMENTO E DEFESA DAS DIRETRIZES CURRICULARES

Quando a gestão assumiu a Abepss, as diretrizes curriculares elaboradas e aprovadas coletivamente pelas UFAs, sob condução da então

⁹ As gestões do CFESS, de 2008-2011, e da Abepss, de 2009-2010, realizaram novo convênio com a perspectiva de elaboração do Plano de Lutas, sendo uma de suas ações a Campanha *Educação não é fast-food: diga não para a graduação a distância em Serviço Social*, lançada em maio de 2011 (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2011).

Abess¹⁰, estavam em tramitação no MEC. A diretoria tinha a preocupação política com uma possível desconfiguração das diretrizes curriculares, tendo em vista o contexto hegemônico de desregulamentação e flexibilização que orientava a política governamental. Para defender sua aprovação na integralidade, a Abepss acompanhava cotidiana e sistematicamente sua tramitação por meio de constantes contatos presenciais, telefônicos e em reuniões com a Sesu/MEC. Além desse acompanhamento, a defesa das diretrizes requereu importantes investidas da Abepss, tais como: a) elaboração pela Coordenação de Graduação da Abepss de uma proposta de adaptação das nossas diretrizes curriculares ao modelo de enquadramento do MEC. Esta proposta, elaborada e enviada ao MEC e a todas as unidades de ensino em 18 de janeiro de 1999, foi necessária pois o Ministério pretendia fazer um enquadramento que, ao sintetizar as diretrizes, provocava sua redução e desconfiguração; b) apresentação de contribuição para elaboração do parecer final da Comissão de Especialistas da área de Serviço Social no MEC, em fevereiro de 1999. Nesta reunião também esteve presente um representante do CFESS; c) socialização constante de informação sobre a tramitação das diretrizes no MEC às UFAs; d) mobilização das UFAs para indicação da Comissão de Especialistas da área de Serviço Social junto ao MEC. Essa estratégia foi importante para assegurar hegemonia na Comissão de Especialistas. Os professores nomeados pelo MEC, em 1999, após gestão das entidades (Abepss, CFESS e Enesso) e indicação das escolas foram José Paulo Netto (UFRJ), Ivete Simionato (UFSC) e Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida (UFPB). No caso do Serviço Social, o MEC só enviou os relatórios consolidados e o parecer da Comissão de Especialistas ao CNE no final de 1999.

Ao final da gestão, em dezembro de 2000, o CNE ainda não havia realizado a audiência pública para debater as diretrizes curriculares do Serviço Social. Os pareceres e a resolução¹¹ do CNE aprovando o currículo pleno do Serviço Social emitidos em 2001 e 2002, após anos de análise (a Abess encaminhou as diretrizes curriculares ao MEC no início de 1997), reduziram drasticamente o projeto peda-

¹⁰ As diretrizes foram elaboradas a partir de processo coletivo e democrático conduzido pela Abess, entre 1994 e 1996, aprovadas na assembleia de 1996 e encaminhadas ao MEC em 1997.

¹¹ Confronte Parecer CNE/CES 492/2001; Parecer CNE/CES 1.363/2001 e Resolução CNE/CES 15, de 13 de março de 2002.

gógico que constava nas diretrizes curriculares da Abepss¹². Não se tratava apenas de simplificação e formatação no padrão de todos os currículos. As diretrizes aprovadas pelo MEC reduziram a carga horária, simplificaram e flexibilizaram os conteúdos. Estas mudanças possibilitaram abertura de novos cursos com projetos pedagógicos reduzidos (cursos com três anos), simplificados e extremamente diversificados, provocando fragilização e empobrecimento do processo formativo¹³. Infelizmente, as diretrizes aprovadas pelo CNE/MEC estão muito distantes das diretrizes curriculares da Abepss. Estas, articuladas e em consonância com o código de ética profissional e a lei de regulamentação da profissão, constituem a base do Projeto ético-político profissional comprometido com a formação e o exercício profissional crítico, na perspectiva da emancipação humana.

Para acompanhar a implementação das novas Diretrizes Curriculares junto às UFAs, a gestão realizou levantamento preliminar da situação de cada curso durante as oficinas regionais realizadas para discutir a *Reforma* do Ensino Superior e as Implicações para o Serviço Social, inclusive o rebatimento na elaboração dos currículos plenos; realizou encontro da Coordenação Nacional de Graduação com os Coordenadores Regionais de Graduação da Abepss e com os Coordenadores de Cursos de Serviço Social, por ocasião do Seminário Nacional; realizou um mapeamento (com envio de questionário) sobre a situação de cada Unidade de Ensino em relação ao processo de elaboração dos currículos plenos, que demonstrou que poucas UFAs já tinham iniciado a elaboração de novos currículos; organizou oficinas regionais e Oficina Nacional para discussão e encaminhamentos para implementação das diretrizes curriculares, em junho de 2000, em Brasília, com participação de 45 professores, representando 31 Unidades de Ensino¹⁴, e realizou oficinas regionais, durante o segundo semestre de 2000, para acompanhar e orientar as Unidades de Ensino na elaboração e implementação de seus currículos plenos.

¹² Analisamos esse processo em palestra realizada na Oficina Nacional da Abepss, em 05 de abril de 2004, em Florianópolis. O texto foi publicado na *Revista Temporalis* 8, em 2004, com o título *O desenho das diretrizes curriculares e dificuldades na sua implementação* (BOSCHETTI, 2004).

¹³ A carga horária dos cursos de graduação presencial só foi definida pela Resolução MEC nº 2, de 18 de junho de 2007. Esta resolução estabeleceu a carga horária mínima para os cursos de Serviço Social em 3.000 e limite mínimo para integralização de 4 anos. Até então, muitas UFAs implementaram currículos com carga horária e duração inferior.

¹⁴ O Relatório da Oficina indicando as dificuldades das UFAs na implementação das Diretrizes está publicado na *Revista Temporalis* 2.

5 ATIVIDADES NO ÂMBITO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Nesse âmbito, a gestão priorizou três frentes de atividades: apoio aos programas de pós-graduação e fomento à sua articulação com os cursos de graduação, organização do Enpess e realização do I Curso de Especialização a Distância para Assistentes Sociais em convênio com o CFESS.

O apoio aos programas se dava basicamente pelo contato sistemático e contínuo da Coordenação Nacional de Pós-Graduação da Abepss com os programas, com vistas a socializar as diretrizes, critérios e resultado das avaliações dos Programas de Pós-Graduação realizadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Igualmente, realizou: duas reuniões com os Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social durante os eventos nacionais, com objetivo de discutir a Política Nacional de Pós-Graduação e de Avaliação da Capes/MEC; as diretrizes da área de Serviço Social para a Pós-Graduação na Capes e CNPq; o perfil nacional da Pós-Graduação em Serviço Social; os critérios para implantação de Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*; diretrizes para Doutorado Interinstitucional; formas de intercâmbio técnico-científico; incremento da Produção Intelectual e publicações na área de Serviço Social.

Estes temas foram discutidos e situados no contexto da contrarreforma do ensino superior. Cabe ressaltar a importância, sobretudo, dos debates sobre Mestrado Profissionalizante, que resultaram na posição contrária a essa modalidade, diante de sua compreensão como uma proposta que favorece a mercantilização do ensino no âmbito da pós-graduação, restringe os conteúdos e pode fragilizar os cursos de mestrado acadêmico. Esta posição parece ter tido impacto na área do Serviço Social, pois os Programas de Pós-graduação não implementaram essa modalidade de curso.

O I Curso de Especialização em Serviço Social e Política Social foi implementado a partir de 1999, dando continuidade ao projeto iniciado na gestão anterior. A assinatura de um convênio entre Abepss, CFESS e o Cead/UnB, em 1998, marcou o início dessa experiência de oferta de curso de especialização a distância para assistentes

sociais¹⁵. O curso começou com 1.654 assistentes sociais e professores de todo Brasil, e foi concluído na gestão seguinte da Abepss. Os cinco módulos impressos com os conteúdos do curso foram encaminhados gratuitamente às UFAs e distribuídos aos alunos.

O VII Enpess teve como temática *Serviço Social e Questão Social: Direitos e Cidadania* e ocorreu em novembro de 2000, sendo que sua organização se deu de forma articulada entre Coordenação Nacional de Pós-Graduação da Abepss, Diretoria Executiva Nacional, Coordenação Nacional de Graduação e representantes dos Programas de Pós-Graduação de Serviço Social, que compuseram a comissão científica. Os trabalhos apresentados estão publicados integralmente nos 4 volumes dos anais, enviados a todas as Unidades de Ensino. Comparando hoje o número de trabalhos enviados e apresentados, é possível constatar o imenso crescimento da pesquisa, sendo que, desse evento, 230 foram trabalhos apresentados, de um total de 331 enviados, o que, na época, já correspondia a um acréscimo de 43% em relação aos trabalhos enviados para o Enpess de 1998. Os anais mostram a tendência de concentração das pesquisas na área de seguridade social (saúde, previdência e assistência), que totalizou 78 trabalhos (34%), seguida pela área temática da criança e adolescente, com 31 trabalhos (13,5%), e Formação Profissional e Processo de Trabalho e Serviço Social que, juntas, também somaram 31 trabalhos (13,5%). Também registra a predominância da pesquisa nas universidades públicas, que tiveram 190 trabalhos aceitos (82,6%) contra 40 das universidades privadas (17,40%), o que parece ser uma tendência ainda atual.

6 UMA AVALIAÇÃO, DOZE ANOS DEPOIS...

Rever relatórios, revisitar programa de ação, reler artigos... A elaboração deste texto significou uma verdadeira viagem no tempo e permitiu relembrar momentos e pessoas que, coletivamente, construíram essas ações. A sensação, ao chegar a este final, foi de felicidade pela constatação de que “[...] se muito vale o já feito, mais vale o que será [...]”, ideia que, para nós, tem um duplo sentido: o primeiro é o de constatar como as bases ali constituídas foram

¹⁵ O segundo curso, intitulado *Serviço Social: direitos e competências profissionais*, foi implementado em 2010/2011.

importantes para a consolidação da Abepss e, igualmente, para marcar posição crítica em relação à contrarreforma do ensino superior que se iniciava; o segundo é o de poder olhar para trás em comparação ao presente e perceber como a Abepss cresceu e se fortaleceu no papel de fomentar uma direção sócio-política crítica para a graduação e para a pós-graduação no Brasil.

As direções da Abepss sabem o quão difícil é gerir uma instituição de tal porte e condições, e muitas dificuldades que vivenciamos parecem continuar persistentemente como a necessidade de organização de seu acervo com mais de seis décadas de história. Nesse sentido, importa também destacar: ampliação de filiação das UFAs e sócios individuais; garantia de autonomia financeira que permita desenvolver suas ações; manutenção de contribuições regulares de suas filiadas; obtenção de apoio das UFAs para as ações das diretorias regionais; possibilidade de reunir toda a diretoria para reuniões de planejamento e organização; dificuldade para acompanhar e atualizar informações sobre a implementação das diretrizes curriculares; dificuldades para acompanhar a abertura de novos cursos; dificuldades na construção de uma articulação mais estreita entre graduação e pós-graduação; dificuldade de solidificar, em âmbito local, uma articulação entre UFAs e Conselhos Regionais de Serviço Social, sobretudo no que se refere ao debate sobre supervisão de estágio e fiscalização do exercício profissional.

São imensos os desafios históricos que vêm sendo enfrentados por gerações de docentes e discentes que se mobilizam e se dispõem a contribuir com a gestão da Abepss. Certamente, o maior deles continua sendo o enfrentamento aguerrido e incansável à insidiosa política governamental de desestruturação do ensino superior efetivada na última década. Uma só resposta é possível: lutar, coletiva e incansavelmente, em defesa da formação competente e crítica, em articulação com outros sujeitos coletivos que se colocam, com a mesma disposição, na defesa do ensino público, laico, presencial e de qualidade.

7 REFERÊNCIAS

BEHRING, E. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BOSCHETTI, I; IAMAMOTO, M.; CARDOSO, F. G. Os cursos seqüenciais na reforma do ensino superior. **Revista Temporalis**, Brasília, n. 1, 2000.

BOSCHETTI, I. Implicações da reforma do ensino superior para a formação do assistente social: desafios para a Abepss. **Revista Temporalis**, Brasília, n. 1, 2000.

_____. A Atuação da Abepss no ensino e pesquisa em Serviço Social: balanço da gestão 1998-2000. **Revista Temporalis**, Brasília, n. 3, 2001.

_____. O desenho das diretrizes curriculares e dificuldades na sua implementação. **Revista Temporalis**, Brasília, n. 8, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Enfrentando desafios**. Brasília, abr. 2000.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Brasil). **Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior**. Brasília, 28 maio 2011. Disponível em: <www.cfess.org.br/arquivos/Plano-de-Lutas-atualizado-maio-2011.pdf>.